



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

---

*Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia*

---

22.12.2009

## **COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS**

Assunto: Audição do Sr. Günther H. OETTINGER, Comissário indigitado para a Energia

Submetem-se à atenção dos Senhores Deputados, em anexo, as respostas apresentadas por escrito que nos foram enviadas pelo Sr. Günther H. OETTINGER.

O Secretariado

## **RESPOSTAS DO COMISSÁRIO INDIGITADO**

**Günther OETTINGER**

**(Energia)**

### **AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU**

#### **Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

- 1. Quais são os aspectos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas actividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

A minha experiência profissional enquanto advogado na área económica, os meus 25 anos de a experiência enquanto deputado e Presidente de grupo parlamentar, bem como o meu período enquanto Chefe do Governo de Bade-Vurtemberg constituem importantes e adequadas qualificações para as minhas futuras funções de membro da Comissão Europeia.

A minha região de Bade-Vurtemberg é, com mais de 10 milhões de habitantes, uma das regiões e economicamente mais fortes e mais inovadoras da Europa. Pessoalmente fui marcado, desde a minha juventude, pela reconciliação franco-alemã e a construção de uma Europa unida, pela cooperação transfronteiras e pela união dos povos dentro e para lá das fronteiras. Por esse motivo sou, desde há muitos anos, membro do grupo suprapartidário «Europa-Union Deutschland». O meu empenho na cooperação transfronteiras ao longo do Reno superior e a «iniciativa quatro motores» com a Catalunha, Ródano-Alpes e a Lombardia, reflectem a minha mais profunda convicção europeia, que fizeram com que Bade-Vurtemberg se tornasse num importante actor na cooperação entre as regiões da Europa.

A participação activa na política europeia tem sido, desde há muito, um elemento fulcral do meu trabalho político. O meu Estado de Bade-Vurtemberg representou os interesses de todos os Estados alemães na convenção sobre a constituição da UE, tendo contribuído, em especial, com a sua experiência regional e municipal. Um outro exemplo é a minha iniciativa de incentivar uma estratégia europeia para o Danúbio a fim de promover o potencial de desenvolvimento dos países ribeirinhos no interesse de toda a União Europeia. Bade-Vurtemberg também desempenhou um papel motor na ratificação do Tratado de Lisboa na Alemanha.

Com base nesta experiência regozijo-me, enquanto europeu convicto, com a perspectiva de servir, no futuro, o interesse comum europeu. Já enquanto Chefe de grupo parlamentar e seguidamente enquanto Chefe do Governo contribuí, no contexto de vários foros políticos, para a cooperação na União Europeia e cultivei um diálogo suprapartidário construtivo e orientado para os resultados. Continuo a defender esta convicção, baseada no princípio do equilíbrio e do trabalho objectivo comum.

Um crescimento económico sustentável e, em especial, os desafios da produção e da eficiência energéticas têm sido, desde há muito, temas centrais do meu trabalho no Parlamento e no Governo. Em ambas as áreas, Bade-Vurtemberg tem sido um líder em virtude da sua força inovadora e das suas condições políticas. Por conseguinte, não posso estar mais bem preparado para enfrentar os desafios das minhas futuras funções no interesse de toda a Europa.

Garanto que irei dedicar, sem reservas, todas as minhas forças ao exercício das minhas funções e cumprir, total e plenamente, as minhas responsabilidades na Comissão. Independência pessoal bem como independência em relação a interesses individuais são condições imprescindíveis para que a Comissão possa executar a sua missão de forma credível. Pessoalmente, constituem elementos essenciais que irão pautar o meu trabalho na Comissão. Irei respeitar escrupulosamente as obrigações decorrentes do artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia e do artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, segundo os quais os membros da Comissão Europeia exercerão as suas funções com total independência e abster-se-ão de praticar qualquer acto incompatível com a natureza das suas funções. Comprometo-me igualmente a não exercer qualquer outra actividade profissional, remunerada ou não, e a continuar a evitar estritamente quaisquer conflitos de interesses no exercício das minhas funções. Comprometo-me igualmente a respeitar as regras do Código de Conduta dos membros da Comissão.

De acordo com a minha «declaração sobre interesses financeiros», que apresentei ao Presidente da Comissão nos termos do Código de Conduta, não ocupo quaisquer funções e não tenho interesses financeiros susceptíveis de estarem em conflito com as funções de Comissário.

## **Gestão do pelouro e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões**

### **2. De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por acções suas ou dos seus serviços?**

Nos termos do acordo-quadro sobre as relações com o Parlamento Europeu e a Comissão, cada membro da Comissão assume a responsabilidade política pelo seu domínio de competência. Tal se aplica independentemente do princípio de colegialidade que rege a Comissão. Serei, evidentemente, politicamente responsável pelo trabalho dos meus serviços nas áreas que me foram confiadas e irei exercer essa responsabilidade em estreita cooperação com os outros membros do Colégio.

Enquanto exercia as funções de Chefe de Governo, procurei sempre manter um diálogo construtivo com os membros de todas as fracções parlamentares. Por conseguinte, dedico

grande importância a cultivar, no futuro, um diálogo com os membros do Parlamento Europeu, diálogo esse que será estreito, baseado na confiança e não orientado para preferências político-partidárias. Os serviços sobre os quais tenho competência ficarão expressamente vinculados a esta obrigação.

Com base no Código de Conduta da Comissão, assegurarei sempre uma cooperação baseada na confiança com o Director-Geral, os directores e chefes de unidade e o pessoal da futura Direcção-Geral da Energia. Envidarei todos os esforços para garantir que os controlos internos sejam eficazes. Dedico grande importância a que a cooperação com os meus serviços seja baseada nos princípios de lealdade, confiança, transparência e na reciprocidade na prestação de informações e de apoio.

**3. Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação com o Parlamento e as suas comissões, e de seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas, tendo igualmente em conta a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?**

Enquanto membro da Comissão, tenho a obrigação de garantir uma total transparência e uma informação constante do Parlamento. Considero esta obrigação como uma condição essencial para que a nossa democracia possa funcionar. Durante os inúmeros anos de trabalho parlamentar, mas sobretudo no exercício das minhas responsabilidades pessoais enquanto Chefe de Governo, aderi estritamente a este princípio e continuarei a fazê-lo, no futuro, em todos os aspectos.

Uma das principais realizações do Tratado de Lisboa foi um maior reforço dos poderes do Parlamento Europeu. Tanto os meus serviços como eu próprio iremos cumprir plenamente estes direitos parlamentares alargados. Irei evidentemente cultivar debates com membros de todos os partidos parlamentares num espírito de confiança e incorporarei no meu trabalho os conselhos que irei receber da esfera parlamentar. Partindo deste princípio, um diálogo aberto entre a Comissão e o Parlamento constitui para mim não só uma obrigação como também uma necessidade pessoal.

O Parlamento Europeu e o Conselho estão em pé de igualdade no processo legislativo e, por conseguinte, transmitirei evidentemente ao Parlamento as mesmas informações e documentos que transmitirei ao Conselho. Comprometo-me igualmente a cumprir todas as disposições do acordo-quadro entre as nossas instituições, entre outras razões porque o Parlamento Europeu desempenha um papel especial no controlo da Comissão.

Estou plenamente consciente que, para garantir a segurança a longo prazo do abastecimento energético da União Europeia e melhorar a eficiência energética, bem como alcançar os objectivos relacionados com a protecção do clima e a conservação dos recursos naturais, é imprescindível uma ampla cooperação com o Parlamento e as suas propostas construtivas, ideias e conselhos. Por conseguinte, irei examinar as propostas do Parlamento Europeu e incorporá-las sempre que possível.

## Perguntas relativas às políticas

### **4. Quais são as três prioridades principais que tenciona fazer avançar enquanto parte do domínio de competências que lhe é proposto, tendo em conta, se tal for pertinente, a crise financeira, económica e social, bem como as preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável?**

Nos os últimos cinco anos, a sustentabilidade, a competitividade e a segurança do abastecimento têm estado no cerne da política energética europeia. Estes três objectivos têm de continuar a ser prosseguidos e integrados numa estratégia política a longo prazo, até 2050, a fim de alcançar a descarbonização da combinação energética da UE. Por conseguinte, estabeleci as seguintes cinco prioridades:

Em primeiro lugar, pretendo que a política energética contribua de forma decisiva para a criação de uma economia hipocarbónica. Temos de utilizar plenamente o potencial da eficiência energética para alcançar um crescimento sustentável. O meu objectivo é aumentar a eficiência energética reduzindo os custos do investimento em eficiência energética. Temos também de suscitar a vontade de investir em medidas de eficiência energética.

A electricidade é a fonte de energia fundamental numa combinação energética hipocarbónica. Para tal, é necessário um desenvolvimento maciço de formas de energia renováveis. A Europa também tem o dever de apoiar a utilização segura da energia nuclear, por exemplo, ao fixar regras comuns para a gestão dos resíduos. Cada Estado-Membro poderá optar pela sua própria combinação energética.

Em segundo lugar, é meu objectivo garantir que tecnologias com reduzidas emissões ou inclusivamente emissões nulas de CO<sub>2</sub>, tais como fontes de energia renováveis, veículos com reduzidas emissões ou a separação e armazenamento de CO<sub>2</sub>, estejam no cerne da agenda da descarbonização. Gostaria de contribuir para incentivar a competitividade da indústria europeia através de uma política de desenvolvimento e de investigação aplicada mais orientada para a indústria, a fim de colocar no mercado novos produtos de topo e tecnologias energéticas respeitadoras do ambiente e orientadas para o futuro.

Em terceiro lugar, quero garantir o nosso abastecimento energético através da criação de melhores infra-estruturas. As despesas da UE deveriam concentrar-se em medidas que tenham, efectivamente, um valor acrescentado europeu em termos de repercussões transfronteiras, economias de escala, e de combate às deficiências do mercado. A Comissão deveria continuar a coordenar projectos estrategicamente importantes, tais como o plano de interconexão da rede energética do Báltico e o gasoduto Nabucco. Deveria também continuar a desenvolver os projectos de redes transeuropeias na área da energia, incluindo na zona mediterrânica e no Mar do Norte. Tal inclui igualmente o desenvolvimento de redes europeias inteligentes, as correspondentes super-redes («Supergrid») e os pontos de conexão regionais.

Em quarto lugar, a expansão do mercado interno em benefício dos consumidores será uma das minhas prioridades. A plena e atempada transposição do terceiro pacote de medidas do mercado interno será essencial para que para as barreiras (infra)-estruturais, os obstáculos jurídicos ou casos de deficiências de mercado ainda existentes, possam ser ultrapassados. Irei igualmente promover a introdução de tecnologias energéticas inteligentes, tais como, por

exemplo, «contadores de electricidade inteligentes» com o objectivo, sobretudo, de sensibilizar ainda mais os consumidores, tanto privados como empresas, para a necessidade de poupar energia, facilitar o controlo do respectivo consumo energético e traçar vias para melhorar a eficiência energética e a redução dos custos energéticos.

Por último, irei reforçar e expandir a dimensão externa da política energética. Não obstante todos os esforços desenvolvidos para diversificar as fontes energéticas, ainda será necessário importarmos, durante muitos anos, importantes quantidades de petróleo e de gás. Partindo das experiências adquiridas com a crise do gás de 2009, é minha intenção reforçar ainda mais a solidariedade entre os Estados-Membros, fortalecer a capacidade da UE de falar a uma só voz em foros energéticos internacionais e de garantir o abastecimento de todos os Estados-Membros.

**5. Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário? Que compromissos específicos pode assumir, nomeadamente no que diz respeito às prioridades e solicitações das comissões, apresentadas em anexo, que poderão vir a ser do seu domínio de competências? De que modo garantiria, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas?**

Tenho como objectivo articular o Plano de Acção sobre a energia 2010-2014 com a Estratégia UE-2020 e com as prioridades que acabo de mencionar, sobretudo com o objectivo de descarbonizar a nossa combinação energética e aumentar a nossa segurança de abastecimento. Caso o Parlamento me dê a sua confiança com nestes elementos, pedirei o apoio do Parlamento e do Conselho para dar um novo impulso à nossa política energética.

Posso garantir-lhes que as minhas prioridades estão em plena consonância com as cinco prioridades que o Parlamento estabeleceu para os próximos anos. Assim que tomar posse irei, de imediato, dar início aos seguintes projectos:

- Um roteiro para um sistema energético hipocarbónico até 2050. Tratar-se-á de um programa que estimulará o debate social sobre uma utilização e produção sustentáveis da energia tendo em vista o estabelecimento de uma agenda europeia comum.
- Um novo plano de acção sobre a eficiência energética. No contexto do debate sobre o Plano de Relançamento da Economia Europeia, a anterior Comissão comprometeu-se, perante o Parlamento, a adoptar um ambicioso plano de acção sobre a eficiência energética. Quero proceder em duas fases para garantir a qualidade deste plano de acção: em primeiro lugar, realizar-se-á uma análise das medidas adoptadas até ao presente e das correspondentes conclusões. Numa segunda fase proceder-se-á, partindo desta base, à elaboração de um plano de acção completo, com medidas concretas a curto prazo, a fim de alcançar o nosso objectivo de 20%.
- Um pacote e medidas sobre infra-estruturas energéticas, que comportará prioridades para o desenvolvimento das infra-estruturas até 2030 e propostas legislativas tendentes a dotar a União de um novo instrumento para garantir a segurança e as infra-estruturas de abastecimento de energia, incluindo as orientações sobre as RTE-E. Este pacote de medidas sobre infra-estruturas deverá ser apresentado atempadamente por forma a poder ser tomado em consideração durante os debates sobre as próximas Perspectivas Financeiras da UE.

- Para além destas iniciativas, irei apresentar, no primeiro semestre de 2010, um relatório sobre o funcionamento do mercado interno e a execução do Plano de Relançamento da Economia Europeia no que se refere a projectos na área da energia. Outros relatórios irão avaliar os progressos dos Estados-Membros na transposição da Directiva sobre energias renováveis e das regras sobre a eficiência energética.

Não só pretendo, como irei efectivamente, envidar esforços para garantir que as disposições legislativas da UE sejam correctamente transpostas pelos Estados-Membros, nomeadamente nas áreas do mercado interno, das energias renováveis e da eficiência energética. Tal irá incluir não só a instauração de procedimentos de infracção ao Tratado, como também o intercâmbio com as autoridades e os parlamentos nacionais de informações e de experiências sobre as melhores práticas. Estou convicto de que poderei contar com o apoio inequívoco do Parlamento no desempenho da minha missão.

Para concluir, quero salientar que só apresentarei propostas legislativas quando se encontrarem concluídos com êxito os procedimentos de consulta relevantes e as avaliações de impacto económico, social e ambiental correspondentes. Temos de cooperar para tornar o processo legislativo europeu mais fácil e compreensível.